

VINTE ANOS DE DISCUSSÃO E IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA NA REDE DE ENSINO: DESAFIOS PARA UM CURRÍCULO DE BASE HISTÓRICO-CULTURAL

Juares da Silva Thiesen

Doutor em Educação pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas (ICCP) de Havana, em Cuba, com revalidação do título pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Centro Universitário Municipal de São José (USJ)
E-mail: juaresthiesen@gmail.com

RESUMO: A pesquisa na qual se inscreve este artigo tem por objetivo caracterizar o processo de elaboração e implementação da Proposta Curricular para o ensino de Santa Catarina. Trata-se de uma trajetória iniciada em 1988, por um grupo de educadores que teve a tarefa de elaborar, sistematizar e disseminar essa proposta para implementação nas escolas de Educação Básica do estado. O estudo sobre esse importante processo está sendo desenvolvido por intermédio da análise de documentos e da aplicação de instrumentos de coleta de dados empíricos (entrevistas semi-estruturadas), o que envolve educadores e profissionais da Secretaria de Estado da Educação. Como objetivos específicos, a pesquisa trata de três aspectos dessa trajetória que envolve aproximadamente 1.400 escolas e cerca de 40.000 professores, em 193 municípios do estado. O primeiro contextualiza o período vivenciado pela rede de ensino nas etapas de organização, discussão, sistematização, socialização, capacitação e aplicação da proposta na prática docente. O segundo identifica aspectos da percepção que os próprios educadores que atuam na rede construíram ao longo dos anos sobre a Proposta Curricular. O terceiro objetivo específico aponta alguns resultados evidenciados no campo da aprendizagem e da formação dos professores no período. O texto do artigo traz apenas os resultados do primeiro objetivo. Ele descreve aspectos das diferentes etapas do processo de elaboração da proposta ao longo desses 20 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Educação Básica. Conhecimento. Políticas Públicas.

TWENTY YEARS ELABORATING AND IMPLEMENTING THE CURRICULAR PLAN OF SANTA CATARINA STATE'S LEARNING NETWORK: CHALLENGES FOR A CURRICULUM WITH AN HISTORICAL-CULTURAL BASE

ABSTRACT: This article is inserted in a research that has the objective of characterizing the process of elaborating and implementing the Curricular Proposal of Santa Catarina State. This process was started in 1988 by a group of educators that have elaborated, systematized and shared the Proposal, for implementing it in Basic Education schools in this State. The study about this important process is being developed by analyzing documents and applying instruments for collecting empirical data (interviews partially-structured), involving educators and professionals from Secretaria de Estado da Educação (Education Secretariat of State). This research is about three specific aims that are three aspects of this process involving approximately 1400 schools, near 40000 professors in 193 cities in the State. The first aim contextualizes the whole period experienced by the Learning Network at the phases of organizing, discussing, systematizing, socializing, training and applying the Proposal in the teaching practice. The second one identifies some aspects of the idea that the educators working at this Network were constructing during years about Curricular Proposal. The third specific objective shows

some results evidenced at learning and professors' training fields during this period. The text of this article brings the results of only the first objective. It describes some points of different phases of the Proposal elaboration process during the last 20 years.

KEYWORDS: Curriculum. Basic Education. Knowledge. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A Rede Pública de Ensino de Santa Catarina, desde o ano de 1988, vivencia um processo coletivo de trabalho que marca a história da educação no estado. A experiência inscreve-se num amplo e complexo movimento de discussão, sistematização e implementação de uma proposta curricular para todas as escolas do sistema estadual de educação, nos 193 municípios que o compõem.

A organização de todo esse trabalho, que envolveu muitos educadores ao longo desses 20 anos, está registrada em vários cadernos temáticos colocados à disposição da sociedade e da Rede Pública de Ensino. Das discussões realizadas entre 1988 e 1990 resultou um texto denso, publicado em 1991 pela Imprensa Oficial do Estado, que contém os princípios filosóficos e os pressupostos teórico-metodológicos da primeira versão da proposta. Das discussões realizadas entre 1995 e 1997 resultaram três cadernos, publicados em 1998 com os seguintes títulos: *Disciplinas curriculares da Educação Básica*; *Formação docente: magistério* e *Temas multidisciplinares*. Das discussões realizadas entre 2000 e 2001 resultou mais um caderno, que foi publicado em 2001 com o título *Diretrizes 3* (SANTA CATARINA, 2001) e contém a proposição de um conjunto de conceitos essenciais dos quais, em cada disciplina, os alunos deverão se apropriar, ao longo das séries e etapas da Educação Básica. Esse é único dos documentos que não discute abordagens teóricas, tão-somente organiza uma orientação no âmbito dos conteúdos. Das discussões realizadas entre 2003 e 2005 resultou o último caderno pedagógico, que foi publicado em 2005, com o título *Estudos temáticos* (SANTA CATARINA, 2005a), e contém um conjunto de textos com abordagens teórico-metodológicas para as diferentes especificidades da Educação Básica e profissional (SANTA CATARINA, 2005b).

A idéia inspiradora desse belo e complexo trabalho surgiu no interior da própria Secretaria de Estado da Educação (SED), em 1988, quando um grupo de educadores e gestores se reuniu com o propósito de pensar sobre o movimento de mudanças sociais e políticas que ocorriam naquele momento histórico, decorrentes da abertura política

legitimada, sobretudo, pela promulgação da nova Constituição do Brasil, e organizar uma proposta de trabalho inicial que envolvia educadores da Rede. O grupo, ainda pequeno e sem muita clareza sobre a direção da proposta, sabia apenas que precisava organizar um trabalho de natureza democrática, que caminhasse na direção da revisão de pressupostos teóricos, metodológicos e de conteúdos para os currículos escolares que o momento tanto exigia.

O contexto histórico conspirava a favor de propostas dessa natureza. O grupo gestor que assumiu a direção de ensino na Secretaria tinha uma concepção democrática de educação e, por isso, estava profundamente motivado a encampar um novo processo de trabalho. O grupo e a idéia tinham respaldo do governo do estado. A categoria dos professores clamava por mudanças não só no âmbito do currículo, mas em vários aspectos, inclusive nas condições de trabalho. Nesse contexto, a proposta veio com força, como tentativa de resposta a um anseio da Rede e da própria sociedade catarinense.

Dado que o clima político da época acenava para a democratização das políticas públicas e que a proposta do governo na educação em Santa Catarina foi sustentada por uma concepção considerada de centro-esquerda, o grupo de trabalho optou por assumir, logo de início, uma posição político-ideológica mais crítica para a reformulação curricular das escolas públicas. Esse marco filosófico está expressamente registrado no documento de 1991, no qual seus autores adotam a concepção do materialismo histórico e dialético como referencial para todo trabalho, inclusive para os que se seguiram nos anos posteriores. Do ponto de vista pedagógico, a opção teórica assumida na proposta foi a abordagem histórico-cultural. A opção por essa perspectiva filosófica e pedagógica está registrada também nos documentos publicados em 1998 e 2005. No documento de 1998, logo na introdução, os autores manifestam sua posição, ao destacar que:

Com a redemocratização política do país a partir de 1985, ganha corpo um movimento de discussão educacional que já existia nos últimos anos da ditadura militar, de uma forma mais tímida, porque reprimida. Sem nenhuma modificação na legislação do que diz respeito às questões curriculares, a introdução de textos ligados a um pensamento mais social no meio educacional introduziu mudanças nesse meio. Se não houve uma imediata transformação da prática educacional, houve pelo menos o despertar de uma discussão aberta sobre uma linha de pensamento que antes, por ser reprimida, só podia ser feita na clandestinidade. O pensamento histórico-cultural na educação, nessa época, no Brasil, entrou pelos textos de Antônio Gramsci (1891-1937) e outros autores pertencentes à mesma vertente teórica, dos quais alguns pensadores brasileiros do meio educacional se tornaram divulgadores e intérpretes. É importante registrar, portanto, que o pensar a educação numa ótica histórico-cultural, no Brasil, nas últimas

décadas, está fortemente marcado pela compreensão da ligação da educação com a política e da conseqüente importância da educação das camadas populares como um dos caminhos para a criação de uma nova hegemonia, ligada aos seus interesses. Esse pensamento, num espaço muito curto de tempo, passou da clandestinidade a uma legitimidade institucional. As eleições para governos estaduais realizadas em 1986 deram, nos estados-membros, uma vitória massiva a grupos políticos com perfil de centro-esquerda. Isso possibilitou o acesso a cargos governamentais, em grande parte dos estados brasileiros, de professores que eram partícipes das discussões educacionais a partir do pensamento histórico-cultural. O movimento dos educadores por uma nova perspectiva curricular, portanto, encontrou eco nas instâncias oficiais dos governos estaduais de então, fazendo com que na maior parte do país se trabalhassem novas propostas curriculares, com apoio oficial, no período entre 1987 e 1991. Foi nesse âmbito que se elaborou a primeira edição da Proposta Curricular de Santa Catarina, que foi resultado da discussão e de estudos sistemáticos realizados sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação, entre 1988 e 1991, momento em que se pretendeu dar ao currículo escolar catarinense uma certa unidade a partir da contribuição das concepções educacionais derivadas desse marco teórico (SANTA CATARINA, 1998a, p.06-07).

No documento publicado em 2005, o grupo de trabalho reafirma essa mesma posição político-pedagógica, ao propor coerência teórica com os documentos produzidos anteriormente, ou seja, pensar o currículo das escolas públicas na perspectiva da abordagem histórico-cultural. Desse modo, o caderno, logo em seu início, registra:

É importante destacar que o movimento de discussão e sistematização da Proposta Curricular, desde seu início, em 1988, caminhou e caminha ainda na direção de um marco teórico e uma diretriz metodológica bastante definida. A opção teórica foi feita, desde o início, pela abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético por compreender-se que: O ser humano (sujeito da educação) é um ser social e histórico. No seu âmbito teórico, isto significa ser resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem. [...] Somente com um esforço dialético é possível compreender que os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Somente a compreensão da história como elaboração humana é capaz de sustentar esse entendimento, sem cair em raciocínios lineares. Nesse sentido, toda a discussão e orientação teórica caminham na perspectiva do entendimento do conceito de homem, de sociedade, de educação e de aprendizagem. E, a partir dessas concepções, busca-se compreender que tipo de homem se quer formar, por meio de que processos de aprendizagem e para qual sociedade. Ao mesmo tempo em que se fez a opção por um marco teórico, os educadores catarinenses buscaram um eixo norteador de referência para o processo metodológico da proposta, optando pela coerência dos princípios e pressupostos, e pelo enfoque histórico-cultural. Desse modo, toda a diretriz geral de orientação teórico-metodológica foi encaminhada tendo-se os dois marcos referenciais como fundamentação. Sustentada por essa matriz epistemológica no campo pedagógico, a Escola Pública de Santa Catarina vem buscando organizar sua ação educativa por intermédio de um currículo que deixa de ter função

meramente técnica, para assumir as características de um artefato social e cultural; um currículo que está implicado em relações de poder, [...] que transmite visões sociais particulares e interessadas, [...] que produz identidades individuais e sociais particulares. [...] que não é um elemento neutro transcendente e atemporal, [...] que tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. Ao fazer a opção por essa matriz teórica e metodológica e defender uma concepção curricular não neutra, a Escola assume uma posição político-pedagógica bem determinada, definindo sua função social, qual seja, a de garantir a todos o acesso aos conhecimentos historicamente legitimados como importantes, para que os seres humanos possam conviver em sociedade e usufruir suficientemente das riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas. Assim, o desafio maior que se apresenta hoje para a Escola é como materializar a ação educativa proposta teoricamente, de modo que cada estudante possa apropriar-se dos conceitos científicos significativos que lhe possibilitem lidar bem com sua realidade sócio-histórica e acessar as riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas. A questão central é como instrumentalizar técnica e cognoscitivamente os educadores da rede, de modo que possam transformar o arcabouço teórico e metodológico da Proposta Curricular em atividades significativas de ensino e de aprendizagem para todos (SANTA CATARINA, 2005a, p.10-11).

Durante todo esse período, a Secretaria de Estado da Educação vem buscando manter viva a discussão da proposta, seja pela produção de novos documentos, por intermédio de eventos de formação continuada, pela publicação de cadernos que contêm orientações mais específicas ou por atividades relacionadas com a gestão dos processos escolares da Rede.

A presente pesquisa pretende caracterizar essa trajetória de construção coletiva ao longo desses 20 anos, sob três perspectivas: a primeira descreverá aspectos da discussão teórica e metodológica, com o intuito de situar o movimento; a segunda identificará aspectos da percepção desse processo que os educadores vêm construindo e como eles colocam-se na qualidade de sujeitos envolvidos; e finalmente a terceira apontará resultados evidenciados na Rede, os quais justificam esse trabalho.

Dado que a pesquisa está em andamento, ainda na fase inicial, o presente artigo trata especificamente da primeira tarefa, que é contextualizar a trajetória dos processos de discussão, sistematização e socialização da proposta, pontuando aspectos considerados relevantes nas diferentes fases do trabalho. Por essa razão não entrará no campo da discussão sobre teoria curricular, embora se compreenda a importância dessa abordagem durante todo o processo de pesquisa.

A abundante literatura sobre estudos curriculares produzidas tanto no Brasil quanto no exterior, notadamente questões sobre teoria curricular, concepções e paradigmas curriculares, servirá de base para a análise das diferentes perspectivas que compõem esse estudo.

PRIMEIRA VERSÃO DA PROPOSTA CURRICULAR PRODUZIDA A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

A proposta curricular passou a constituir marco importante na história da educação pública de Santa Catarina, à medida que se consolidava como opção de caráter político-pedagógico para o currículo das escolas públicas do estado, a partir de uma dimensão teórica e de uma diretriz metodológica bem determinada. Por sua consistência teórico-metodológica e relevância pedagógica, esse importante trabalho coletivo vem sendo validado tanto pela esfera política dos governos que se sucedeu nas últimas duas décadas quanto pelos educadores que, em geral, têm a proposta curricular como principal referencial para a prática pedagógica em sala de aula.

Na expressão de Paim (2008, p. 05):

O estado de Santa Catarina promoveu uma reforma curricular pautada no desejo de restaurar a democracia nas relações sociais, bem como na organização dos conhecimentos considerados relevantes para sua construção. Para tal, desenvolveu uma metodologia que requeria a participação dos envolvidos no processo educativo (alunos, pais e professores), em que se salientava a importância de se conhecer a realidade e os saberes de cada sujeito da educação. Portanto, evocava a sua história, seus valores, ou seja, seu passado, para aproximar dos conteúdos que normatizam a escolarização, na intenção da produção de um novo consenso sobre que conhecimentos deveriam permanecer ou ser alterados na Proposta Curricular do estado.

O objetivo do primeiro trabalho, como o próprio documento definiu, era “dar ao currículo escolar catarinense uma certa unidade a partir da contribuição das concepções educacionais derivadas desse marco teórico” (SANTA CATARINA, 1998, p.10), ou seja, o enfoque histórico-cultural com fundamentação filosófica nos princípios do materialismo histórico e dialético. A primeira versão da proposta foi publicada com o título: *Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos*.

Alguns registros extraídos do documento original da primeira versão revelam sua orientação encaminhada no sentido de superar o modelo anterior de escola e de organização do processo de ensino-aprendizagem cristalizado ao longo do século XX. O documento discute um conjunto de categorias conceituais que orientam a organização do trabalho escolar, dentre elas, a interdisciplinaridade, a função social da escola, o currículo e a avaliação.

Um de seus textos, intitulado *A caminho do resgate da totalidade do conhecimento-interdisciplinaridade*, escrito pelo coordenador da proposta de 1991, logo de início, destaca seu objetivo, que é retomar o processo histórico da produção fragmentada do conhecimento, com vistas à superação dessa forma de visão de mundo, e esclarecer como se processaria o trabalho interdisciplinar, buscando a totalidade do conhecimento nas escolas da rede pública de Santa Catarina. “O que pretendemos [ressaltam os autores] é trabalhar na direção de produzir uma posição coletiva que estabeleça novas bases de produção das relações sociais dentro das escolas” (SANTA CATARINA, 1991, p. 84).

Como posição conceitual, o texto declara:

Concebemos interdisciplinaridade como uma postura político-pedagógica e não como uma justaposição ou apenas afinidade entre os conteúdos a serem trabalhados, capazes de produzir a síntese da totalidade do conhecimento. [...] trabalho voltado para a mudança de concepções e práticas, ou seja, uma forma de conceber o homem historicamente situado, na sociedade e no seu trabalho (SANTA CATARINA, 1991, p.73).

O documento também aponta para uma nova concepção no que se refere à função social da escola, ao afirmar textualmente que:

A função social da escola hoje, que seleciona, organiza, seqüencia e dá tratamento ao conteúdo é ir além, buscando instrumentalizar os educandos para que [...] se apropriem do saber acumulado e desta forma possam produzir um novo saber capaz de transformar as relações sociais das quais são partícipes. Isto constitui a própria função social da tarefa escolar, razão de ser da sala de aula, da função do professor e sua relação com os alunos (SANTA CATARINA, 1991, p. 85).

O texto apresenta ainda um conceito de currículo, ao entender que ele deve fundamentar-se no conjunto de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade na relação com os saberes escolares e trabalhado sempre de forma coletiva. Define-se o currículo em sua dimensão de planejamento (seleção, organização, seqüenciação e tratamento ao conteúdo científico) e em sua dimensão política, em função das mudanças nas relações de professores e educandos com o conhecimento e de professores com os educandos e destes com a sociedade.

O conhecimento produzido pela humanidade via escola formal, cuja vertente ou direção consiste no entrelaçamento da concepção do desvelar coletivo deste mesmo, eu é um ir e vir: da totalidade para as especificidades, da realidade para a possibilidade projetada, ou seja, entre o real e o ideal, a decisão pela caminhada possível em direção do planejamento executável num determinado tempo e espaço. Isto quer dizer: dentro das condições históricas existentes. Faz-se necessário resgatar [...] a historicidade dos componentes/conteúdos curriculares. É o assumir de que o conhecimento, nas suas diferentes formas, é temporal, tem um ritmo histórico no seu avanço que está imbricado no projeto de sociedade em que se insere. No entanto estas reflexões não podem ser deslocadas da função social dos componentes/conteúdos curriculares. Conteúdo/Forma é a categoria de análise/crítica por excelência [...] O cotidiano no currículo dá-se quando o currículo transforma-se em ato. É o ponto de partida e o ponto de qualquer reformulação/reconstrução de currículo. [...] Em outras palavras, é no momento em que o currículo se faz na sala de aula que podemos ver a efetiva intencionalidade da proposta, do agente pedagógico (SANTA CATARINA, 1991, p.85).

O texto de 1991 demarca que o currículo escolar deve ser uma prática de problematização, ou seja, deve levantar questões sobre o cotidiano escolar e os saberes que ali circulam na relação com os demais saberes elaborados ou de elaboração cultural, para assim compreender a totalidade dos conhecimentos.

Sobre a avaliação, a concepção fundamental apresentada no documento é a seguinte:

A avaliação no sistema escolar deve superar as provas capciosas, os trabalhos sem nexos para concluir disciplina e vencer programas, avaliando conteúdos e comportamento como sendo a mesma coisa. O que necessitamos é buscar coletivamente uma avaliação que passe por uma concepção de Mundo, Sociedade, Homem e Educação (Escola), quando o ato de avaliar em sala de aula e no Conselho de Classe terá uma dimensão menos coercitiva e se produzirá numa dimensão participativa, democrática e como produção do saber e não reprodução dos já determinados pela totalidade da sociedade de que todos somos partícipes (SANTA CATARINA, 1991, p.86).

Ainda que grande parte do texto tenha sido dirigida para discussões de natureza epistemológica, o grupo de autores tratou de articular os conceitos teóricos com a prática dos educadores, propondo, inclusive, alguns encaminhamentos na perspectiva didática.

SEGUNDA VERSÃO DA PROPOSTA CURRICULAR PARA DAR CONTA DOS ENCAMINHAMENTOS DA PRÁTICA ESCOLAR

Durante o governo estadual que se sucedeu após 1991, a proposta curricular ficou adormecida. Esse adormecimento deveu-se predominantemente à mudança do eixo político que, de 1988 a 1991, era considerado de centro-esquerda, mas, entre os anos 1991 e 1994, passou a atender diretrizes mais liberais.

A partir de 1995, o grupo político que havia iniciado a discussão e a sistematização da primeira versão da proposta recuperou o poder na esfera estadual e imediatamente iniciou o processo de construção de uma segunda etapa da proposta.

Nessa segunda etapa, a participação dos educadores da rede foi bem maior. A instituição de um “grupo multidisciplinar” envolveu cerca de 200 professores do quadro das escolas públicas, os quais foram escolhidos em virtude da formação acadêmica e da experiência acumulada. Além do grupo multidisciplinar, a Secretaria de Educação mobilizou todas suas 22 regionais num verdadeiro movimento na direção da formulação, discussão, sistematização e disseminação da segunda etapa da proposta, retomando os conceitos e orientações do primeiro documento. Esse processo, de alguma forma, envolveu cerca de 40.000 professores, os quais tiveram participação indireta, por via da capacitação, dos encontros regionais e das discussões realizadas no interior das próprias escolas.

Do processo de discussão coletiva dessa fase resultaram três novos cadernos, publicados em 1998, com os seguintes títulos: caderno 1: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – disciplinas curriculares* (SANTA CATARINA, 1998c); caderno 2: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – formação docente para educação infantil e séries iniciais* (SANTA CATARINA, 1998b); e caderno 3: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – temas multidisciplinares* (SANTA CATARINA, 1998a).

A introdução do caderno 01 expressou claramente seu objetivo, ao declarar que: “Nesta segunda edição, procura-se aprofundar e rever a proposta curricular do Estado, a partir da versão sistematizada em início de 1991, incorporando as discussões realizadas no âmbito da teoria que lhe dá sustentação desde aquela época, e fazendo um esforço para superar posturas lineares que, eventualmente, pontuavam a primeira edição” (SANTA CATARINA, 1998c, p. 07).

Outras ponderações feitas no texto introdutório revelam a essência de o que pretendiam seus autores e a delimitação das proposições no âmbito pedagógico.

A exemplo da primeira edição, a presente proposta não se constitui num ementário de conteúdos por disciplina. Embora muitas das disciplinas relacionem conteúdos, não é esse o ponto principal desta proposta. O importante é o enfoque que é dado para as disciplinas, visto que é através deste que os professores poderão efetivamente melhorar a qualidade da relação pedagógica estabelecida com seus alunos. Aos professores, portanto, interessa o todo desta proposta, uma vez que, recorrendo apenas aos conteúdos explicitados, sem o recurso aos textos que tratam da abordagem teórica acerca desses conteúdos, o professor nada encontrará de novo que lhe auxilie a melhorar a qualidade do seu trabalho. Um esforço intelectual, porém, de compreender os fundamentos teórico-práticos que esta proposta traz em termos de compreensão de mundo, de homem e de aprendizagem, sem dúvida, é compensado com resultados melhores na ação pedagógica de todos e de cada um (SANTA CATARINA, 1998c, p.09).

Antes de apresentar os textos específicos de cada caderno, os autores definem um conjunto de pressupostos teóricos que denominam eixos norteadores. Nesse capítulo, foram retomados alguns dos fundamentos do materialismo histórico e da abordagem histórico-cultural como referenciais para as orientações de base metodológica. Algumas categorias da educação, não discutidas no documento de 1991, foram destacadas no documento de 1998. Conceitos como conhecimento científico, aprendizagem, ensino, escola e história são os que mais ganharam ênfase em todos os textos da versão 1998.

O caderno 01 traz as orientações para todas as disciplinas do currículo nas etapas do ensino fundamental e médio e apresenta, em geral, a seguinte organização: uma discussão sobre os fundamentos de cada uma das áreas de conhecimento, as categorias essenciais da disciplina, os conceitos essenciais que devem ser trabalhados ao longo das etapas e algumas orientações metodológicas de caráter didático.

O caderno 02 discute fundamentalmente as áreas de conhecimento que estavam presentes no currículo dos cursos de magistério em nível médio, dentre elas, a Psicologia, a História da Educação, a Filosofia e a Filosofia da Educação, a Sociologia e a Sociologia da Educação, a Didática e o Estágio Curricular, os fundamentos da Língua Portuguesa e da Alfabetização. A organização dos textos segue a mesma estrutura das disciplinas curriculares da Educação Básica.

O caderno 03 discute e aprofunda alguns referenciais teóricos no campo dos temas transversais, que, em Santa Catarina, denominam-se “temas multidisciplinares”. Os textos

priorizam as temáticas: Educação Sexual, Educação e Tecnologia, Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação Especial, Avaliação, Educação Escolar Indígena, Educação e Trabalho e Projeto Pedagógico. Os textos, em geral, não trouxeram orientações de caráter metodológico, porém, alguns deles apontaram sugestões didáticas para o trabalho interdisciplinar.

Os textos de 1998 dos três cadernos buscam fazer uma espécie de transposição das categorias teóricas para uma abordagem mais didático-pedagógica. Essa pedagogização do discurso deve-se ao fato de que muitos professores da Rede demonstraram limitações na compreensão das categorias filosóficas discutidas no caderno de 1991.

DIRETRIZES 3: UMA PROPOSTA CURRICULAR DE ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA ESCOLAR COM BASE EM CONCEITOS ESSENCIAIS

A partir de 1999, o comando estadual passou por novas mudanças de ordem política e o grupo que coordenou a segunda etapa novamente se retirou do processo de discussão e de disseminação da proposta curricular. A nova equipe de coordenação da Secretaria de Estado da Educação reconheceu os processos construídos até então e, em 2001, organizou um novo grupo de trabalho para retomar a proposta curricular, o qual envolvia apenas alguns representantes de cada uma das 22 Regionais.

Sem a pretensão de discutir a base conceitual da proposta, o grupo limitou-se a organizar um documento que foi intitulado *Diretrizes 3*, e continha orientações para a prática escolar a partir do currículo. O grupo definiu um conjunto de conceitos que as escolas deveriam trabalhar em cada uma das séries e áreas do conhecimento na Educação Fundamental e no Ensino Médio.

Logo na introdução do documento, está registrado que:

Os autores deste documento, educadores da rede estadual de ensino, no processo de elaboração e sistematização dos subsídios, tiveram como base a experiência concreta das escolas, assim como a Proposta Curricular de Santa Catarina e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Portanto, os subsídios foram produzidos com fidelidade ao concreto da sala de aula. Por exemplo: foram discutidos e elaborados desdobramentos dos conceitos científicos e sugestões para a implantação destas diretrizes, tanto na definição dos mapas conceituais e quadros de ênfases, quanto na definição das competências e habilidades. Esta fidelidade à prática e os subsídios vinculados ao concreto pedagógico da escola foram fundamentais e indispensáveis para a elaboração destas diretrizes. Entretanto, apenas os subsídios que definem a base, a raiz,

o fundamento e a essência comuns ou a identidade da escola pública estadual, comum a todas as unidades escolares, constituem parte deste documento político-pedagógico (SANTA CATARINA, 2001, p.03).

O referido caderno está organizado de modo objetivo e didático, e apresenta inicialmente uma brevíssima abordagem dos conceitos científicos, de competências e habilidades, para depois apresentar os mapas conceituais para cada disciplina.

À medida que os textos do documento apontam para a possibilidade de articular abordagens mais críticas (dos cadernos anteriores) com uma posição mais liberal que discute competências e habilidades, eles, de certa forma, comprometem a coerência teórica da proposta e põem em risco o esforço dos educadores, no sentido de legitimar uma proposição epistemológica a partir da prática das escolas. De qualquer forma, o caderno representa o esforço de uma equipe de educadores que buscava dar continuidade às discussões em andamento na Rede.

ESTUDOS TEMÁTICOS: UM NOVO MOVIMENTO EM DEFESA DO APROFUNDAMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Em 2003, quando novamente o comando político do Estado na área da educação passou ao controle dos grupos que haviam iniciado o processo de elaboração da proposta curricular, a Secretaria de Estado da Educação buscou retomar o movimento e propor uma nova fase de trabalho, cuja meta era fazer a transposição da teoria consubstanciada nos documentos publicados nos cadernos anteriores para a prática da sala de aula.

Com esse propósito, a Rede Pública de Ensino, sob a coordenação da SED, realizou um intensivo movimento de discussão, que culminou na publicação de mais um caderno pedagógico intitulado *Proposta Curricular de Santa Catarina – estudos temáticos* (SANTA CATARINA, 2005a). Visando a dar mais um passo significativo no processo de discussão, sistematização e socialização da proposta curricular, em 2004, a Secretaria da Educação, por intermédio da Diretoria de Educação Básica e Profissional, constituiu seis grupos de trabalho para elaborar e socializar o novo documento norteador da proposta, que incluiu os temas multidisciplinares considerados relevantes para a fase histórica.

Os seis grupos temáticos, constituídos por educadores, especialistas, gestores e consultores, discutiram e organizaram as diretrizes curriculares para os temas: Educação e Infância, Alfabetização com Letramento, Educação e Trabalho, Educação de Trabalhadores,

Ensino Noturno e Educação de Jovens. Os textos publicados e intensamente discutidos por via dos processos de formação continuada somaram-se ao conjunto de orientações curriculares produzidas no âmbito da proposta curricular e passaram a servir como referencial teórico e metodológico para a ação pedagógica nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica na escola pública de Santa Catarina, a partir de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina influencia não somente a prática de educadores no nível da Educação Básica, mas também as agências que formam professores e que, aos poucos, inserem essa literatura em seus ementários, sobretudo nas áreas de metodologia, didática e prática de ensino. Alguns pesquisadores no nível de pós-graduação também passam a citar a proposta curricular em seus textos, o que denota sua penetração nos diferentes espaços educacionais do estado.

Chama a atenção ao se caracterizar essa trajetória o fato de não haver avaliação do processo de implementação da proposta curricular nas escolas. A Secretaria de Educação não possui informações sistematizadas sobre os indicadores de aprendizagem e de desempenho docente decorrentes de sua implantação no sistema estadual de ensino. Esse dado é extremamente relevante, à medida que evidencia a fragilidade no monitoramento dos processos pedagógicos por parte dos gestores. É também nessa perspectiva que a presente pesquisa pretende avançar, mapeando a percepção que os educadores têm desse movimento e os resultados de aprendizagem mais significativos.

A caracterização da trajetória apresentada neste artigo deverá ser retomada e melhorada ao longo do desenvolvimento das demais fases da pesquisa, quando outras informações de maior detalhamento forem agregadas ao texto. Finalmente, cabe ressaltar que a caracterização do movimento de produção coletiva da Proposta Curricular de Santa Catarina, nessa fase, tem caráter apenas descritivo, razão pela qual se apresentam aqui somente os aspectos que se julgaram mais relevantes da trajetória e se evitam maiores considerações.

REFERÊNCIAS

PAIM, Aida Rotava. **Mudanças na organização escolar**. São Paulo: Unicamp, s.d. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/07.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Documento base de orientação pedagógica/administrativa**: educação básica e profissional. Florianópolis: IOESC, 2005b.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes 3**: organização da prática escolar na educação. Florianópolis: IOESC, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998b.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998c.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

Recebido em: 20/05/2008

Aprovado em: 16/09/2008